



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A ORDEM DAS ÁRVORES NÃO ALTERA O PASSARINHO: REFLETINDO O AGIR DO (A) ASSISTENTE SOCIAL EM MEIO A DIVERSIDADE FAMILIAR

Giselli de Almeida Tamarozzi¹
Jamilla Marques de Brito Pinheiro²
Rayene Larissa Ferreira da Silva³
Sallana Ribeiro Dias⁴

Resumo: A importância do reconhecimento da diversidade familiar pelos operadores da política de Assistência Social oportuniza a garantia e acesso aos direitos por ela previstos. Tendo por verificação que mesmo sendo a família objeto de intervenção do Estado por meio de políticas públicas, o não reconhecimento da heterogeneidade familiar pode impedir a materialização dos direitos sociais. Diante disso, propomos executar o projeto de extensão na rede intersetorial de Miracema do Tocantins e municípios vizinhos com a finalidade de qualificar as (os) profissionais para um atendimento pautado na equidade e justiça social.

Palavras-chave: Família. Diversidade familiar. Atuação profissional.

Abstract: The importance of the recognition of the family diversity by the operators of the Social Assistance policy allows the guarantee and access to the rights that it provides. Having for verification that even though the family is the object of state intervention through public policies, the non-recognition of family heterogeneity may impede the realization of social rights. In view of this, we propose to execute the extension project in the intersectoral network of Miracema do Tocantins and neighboring municipalities with the purpose of qualifying the professionals for a service based on equity and social justice.

Keywords: Family. Family diversity. Professional performance.

Introdução

Fundamentando a ideia de que a família é a centralidade na política de assistência social e que sua diversidade pode interferir na garantia e acesso de direitos nos espaços de intervenções das políticas sociais e públicas⁵ é que se acentuou a necessidade de realizarmos o presente projeto de extensão com o objetivo de capacitar os profissionais da rede intersetorial que integra a política social de Miracema do Tocantins e entornos, na perspectiva da qualificação profissional, em meio ao viés teórico-metodológico, ético político e técnico-operativo.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: jamillapinheiro6@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: jamillapinheiro6@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: jamillapinheiro6@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: jamillapinheiro6@gmail.com.

⁵ Ver mais sobre em: Diversidade e políticas sociais: percepções e desafios na realidade do CRAS de Miracema – TO. (Silva, 2019).

Além disso, poucos estudos e ações sobre a temática da diversidade familiar com os profissionais da rede de Miracema e entornos foram efetivados. Assim, sob esse viés, versamos uma contribuição ao debate por meio da capacitação dos profissionais que integram as políticas públicas de Miracema e municípios circunvizinhos, visando a atualização dos (das) Assistentes Sociais, a identificação das fragilidades no cotidiano profissional e o apontamento de possíveis mudanças no trabalho social com famílias.

Sabemos que a não capacitação e formação continuada, pode reincidir o profissional para uma zona de conforto que não consubstancia o enfrentamento aos desafios impostos ao Estado Neoliberal Conservador no qual estamos inseridos, sendo que este corrobora para a efetivação de políticas sociais e públicas pontuais, fragmentadas, focalistas e reducionistas. Esta realidade versa a questão social centrada apenas no indivíduo e engendra para um cenário político de precarização do trabalho que inibe a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Compreendendo que o presente projeto envolverá professores, alunos egressos, técnicos, e profissionais da rede intermunicipal, um dos objetivos é envolver os participantes em suas realidades sociais, instigando-os à formulação de novas intervenções e propostas de melhorias no agir profissional quanto às famílias e sua diversidade. Acredita-se que o projeto pode promover aos participantes o desenvolvimento de suas potencialidades teórico-metodológicas enquanto profissionais, em conjunto com o compromisso ético político, fomentando um agir profissional qualificado em meio às demandas dos usuários, bem como na capacitação que promova a competência e o comprometimento com uma sociedade mais justa, em meio as diversas formas de organizações familiares.

A finalidade da nossa proposta está em promover aos profissionais o conhecimento e atualização de informações sobre os aspectos sócios históricos e legislativos da dinâmica familiar, objetivando o aperfeiçoamento da dimensão teórico-metodológica em meio aos aspectos da família e sua diversidade; propiciar um espaço sócio educativo aos profissionais, para que identifiquem os desafios e possíveis mudanças no trabalho social com famílias; planejar e executar debates em relação a diversidade familiar e desigualdade de gênero no sentido “macro” com os profissionais da rede, fortalecendo a interdisciplinaridade e intersetorialidade das instituições municipais, bem como, o combate aos preconceitos e estereótipos direcionados às famílias contemporâneas.

Para o alcance dos objetivos previstos, propõe-se a execução de atividades quinzenais e semanais, de acordo com o planejamento feito entre coordenadores e equipe. No primeiro momento, haverá a seleção do conteúdo que será utilizado durante o período de execução, bem como, a seleção dos participantes para execução do projeto e o fechamento das atividades que serão realizadas durante a capacitação. Para tal, sugerimos

que seja realizada: oficinas de debate sobre as condições técnicas e éticas nas instituições, promovendo uma avaliação do contexto institucional e uma auto avaliação do exercício profissional; formação de grupos que apontem reflexões e soluções para a superação das ações técnico-burocráticas e focalistas no atendimento as famílias, bem como, a ênfase do dever ao registro de informações no cotidiano profissional; realização de ações socioeducativas que contribuam para um maior debate sobre família, diversidade familiar e desigualdades de gênero, promovendo a atualização dos sujeitos envolvidos no projeto e a superação de idealismos postos a todos os tipos de organizações familiares; atividades que promovam a reflexão da importância de mapeamentos e diagnósticos sociais contínuos dentro das instituições em que as famílias são atendidas e acompanhadas, visando um maior entendimento e aproximação dos profissionais à realidade das famílias usuárias.

As (os) profissionais e acadêmicos serão avaliados mediante à sua responsabilidade, interesse, desempenho e aplicabilidade das diretrizes do projeto em meio as suas intervenções profissionais e acadêmicas. Tais atividades apontadas na presente metodologia serão consubstanciadas por dinâmicas de grupo, oficinas, vídeos, discussão de textos, trabalhos em grupo, relatórios individuais e estudo bibliográfico.

Família e Serviço Social: contexto histórico e desafios contemporâneos

A relação entre Serviço Social e família não é algo recente, acontece desde as primeiras manifestações de intervenção profissional. Há que se mencionar que essa ingerência se dá em concordância com o projeto societário vigente à sua época. Reportamos ao início do século XX, quando verifica-se as protoformas da profissão, formada inteiramente por mulheres da classe média, que tinham suas práticas influenciadas pela igreja de cunho caritativo direcionado aos pobres. (IAMAMOTO, 2014)

Nesse momento já identificamos a atuação do(a) profissional junto às famílias no intento de repassar valores morais e comportamentais aos indivíduos, evidenciando uma padronização de composição familiar nuclear, com definições bem claras dos papéis do homem e da mulher, bem como na criação de seus filhos.

Diante do movimento histórico da sociedade capitalista, a questão social e suas múltiplas expressões, cuja interferência se deu diretamente às classes mais empobrecidas da sociedade, o trabalho realizado pelas pioneiras do Serviço Social, pautado em ações de cunho religioso e filantrópico não conseguiu modificar o quadro brasileiro da época. Paulo Netto (2008) nos afirma que diante da ausência de um referencial teórico metodológico para instruir o agir do assistente social, a profissão viu a necessidade de repensar sua intervenção ou ficaria relegada a segundo plano.

A aproximação que teve com o Serviço Social norte-americano possibilitou uma reorientação regulada pela matriz positivista, instruindo a atuação para uma regulação e ajustamento dos sujeitos à sociedade. Como apresenta Yazbek (2009) que essa teoria não aponta para mudança, volta-se para o ajuste e conservação.

A instauração do regime autocrático burguês, em meados da década de 1960, precipita a erosão do Serviço Social tradicional. O quadro econômico do país se amplia pela via da industrialização e com ela, avoluma as demandas postas à intervenção profissional. A partir das determinações dessa sociabilidade, o Serviço Social sente a necessidade de modificar tanto sua forma de intervir quanto a exigência de disciplinas que orientam a formação profissional. (PAULO NETTO, 2008)

Dentro do movimento de reconceituação do Serviço Social, as vertentes concorrem ao mesmo tempo, entre elas está o positivismo, fenomenologia e a teoria social de Marx. Entre equívocos e reducionismos do marxismo à princípio, a profissão somente com a obra de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho aufere uma análise crítica capaz de desestabilizar as bases tradicionais da profissão. Em meio a esse misto de teorias que atravessaram a profissão, o Serviço Social atuou ora na proposta de ajustamento dos sujeitos, ora na transformação dos “clientes” por meio do diálogo. Somente quando alcança maturidade - e isso advém das produções de conhecimento permitido pelas pesquisas a partir dos cursos de pós-graduação e da formulação do Projeto Ético Político - que a profissão traça sua intervenção pautada na liberdade como valor central e na ampliação da cidadania com desígnio de garantir os direitos sociais à classe trabalhadora.

Paralelamente ao progresso obtido pelo Serviço Social, o qual passa a considerar a profissão inserida da divisão social de classes, a sociedade vivenciava a possibilidade de se discutir o processo democrático cuja materialização se dá em 1988 com a Carta Magna. No entanto, em contexto global, o capital vivenciava momentos de recessão denominada de “crise do petróleo”. Para os teóricos neoliberais, o que motivava esse desequilíbrio seria a intervenção do Estado por meio de políticas públicas, promovendo o bem-estar social como, por exemplo, quando o Estado regula as relações de trabalho, impedindo a criação de empregos e o crescimento econômico do país, além de justificar que essas investidas sociais estariam impossibilitando de realizar investimentos na economia, ocasionando assim um déficit. (BERHING, 2008)

Como resultante do processo, tem-se a reestruturação produtiva com o escopo de substituir um grande quantitativo de trabalho vivo (humano) pelo trabalho morto (tecnologia), além de transformar o trabalhador em um ser polivalente que aglomera várias funções; e a mundialização do capital que é o capitalismo de base global, em que os países se mostram

atrativos para o capital estrangeiro, contraindo dívidas imensas, e conseqüentemente, têm suas soberanias atacadas.

Com a inserção da tecnologia no processo de produção, um grande contingente de trabalhadores são substituídos e eliminados do mercado de trabalho, elevando o nível de desemprego em massa e aumentando o emprego, o que afetou diretamente na carga tributária. Com isso, o Estado diminui os investimentos sociais afim de “equilibrar as contas”, passando a garantir o mínimo de direitos básicos à população e intervir menos na economia do país para que essa se desenvolva. Como consequência, temos a degradação de serviços públicos - resultado dos cortes realizados na saúde, educação, segurança pública, em geral, com precarização dos serviços públicos – que induz às privatizações que direciona a população a recorrer à mercantilização dos serviços. (BERHING, 2008).

A partir de tais reflexões é que podemos situar a família no campo das políticas sociais. A perversidade da sociabilidade capitalista e sua fase atual permeada por uma política de cunho neoliberal afeta diretamente a família, sobretudo as mais pobres, as quais necessitam da intervenção do Estado por meio de políticas sociais. Pontua Iamamoto (2009, p. 265) que “A capacidade da família de prover as necessidades de seus membros encontra-se estreitamente dependente da posição que ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho.”

Dito isso, podemos afirmar que a família e sua relação com o Estado é marcada pelo controle e estabelecimento de regras forjadas numa moral capitalista, de bases exploratórias e opressoras de uma classe sobre outra. Com o avanço do capitalismo e os percalços que as políticas sociais vêm sofrendo desde o final do século XX, a família tem sido duramente penalizada nesse processo a qual é chamada a promover o bem-estar de sua parentela sem o amparo estatal. É o que Mioto e Dal Prá (2015) sinalizam em sua obra quando afirmam que essa nova tendência ressalta a família como protagonista para garantia da proteção social dos seus membros.

Para Teixeira (2013), essa atual política brasileira de “Centralidade da Família” é um ranço histórico que carregamos, desde o início das políticas interventivas do Estado, pois fortalecem a ideia da fragilidade de seus membros e a caracterização dos modelos pré-definidos na sociedade através das condicionalidades e estratégias ditas como parceiras para responsabilizar a família, tanto ao bem-estar, quanto ao fracasso.

Em meio a reflexões apontadas sobre a desresponsabilização do Estado e o direcionamento à família enquanto provedora do bem-estar de seus membros, a mesma encontra-se inserida em um realidade dinâmica, em que suas características e seus papéis configuram-se sob uma perspectiva dialética, de constantes mudanças, mas que, apesar de alguns avanços, ainda sofre preconceitos em relação a sua estrutura e a divisão sexual dos

papéis de gênero. O estereótipo familiar monogâmico, patriarcal, heterossexual e nuclear, se fortalece ainda mais com a Revolução Industrial, que por meio de suas condicionalidades e critérios impostos pelo sistema capitalista⁶, acaba por provocar a desigualdade das classes e a discriminação das famílias que fogem aos padrões morais na era moderna. Tal realidade é constatada até os dias atuais, perfazendo o grande ranço histórico conservador que predomina na idealização dos sujeitos em relação ao tipo ideal de famílias e conseqüentemente promovendo as mais diversas formas de preconceito, exclusão e violência.

De acordo com Engels (2010), as características supracitadas são resultantes dos processos sócio históricos entre as fases pré-culturais da humanidade em que o homem se torna o provedor da família de forma hierarquizada, a partir do surgimento da propriedade privada e do Estado. Segundo o autor, após a descoberta de novas técnicas de produção, o homem se transforma e recria os meios de produção para além das necessidades básicas, fundamentando assim sua condição materialista, além de ampliar suas formas de relação social, bem como, fundamentar a divisão de classes e naturalizar a condição feminina enquanto figura materna e doméstica.

Lessa (2012, p. 26), critica a austeridade dos moldes patriarcais monogâmicos, pois a família sofre transformações através de fatos como: produção individualizada, direitos hereditários, laços fortes que só podem romper-se por decisão da chefia masculina, trabalho excedente, trabalho alienado, divisão sexual do trabalho. A família assume sua função política, moral e econômica até meados do século XV, porém, algumas características do patriarcado permanecem, e pelas ideias do autor, são consideradas “engessadas, arcaicas e excludentes”, tendo em vista os avanços atuais no âmbito coletivo nas relações de gênero e representatividade feminina.

Além da propriedade privada e do Estado, outros elementos que influenciaram de forma intensa nos padrões da família tradicional, foram a Igreja e a Escola. De acordo com Ariès (1981), a igreja interveio moralmente na realidade das famílias, ocasionando a necessidade de superação da infância ignorada pela promiscuidade e ausência de afeto, de forma que a pregação dos valores morais e bons costumes moldassem pessoas recatadas, sérias e decentes. Nascia o ambiente doméstico privado por meio da divisão no domicílio,

⁶ Importa referenciar a obra de Silva (2019), que fundamenta a importância da efetivação do presente projeto e resultado no artigo aqui apresentado. Em sua pesquisa sobre família e política social, a autora contextualiza os conceitos sob a luz de diversos autores, além de discutir a dinâmica familiar desde a era primitiva, percorrendo para o contexto europeu pós Revolução Industrial e perpassando pela realidade brasileira a partir da época colonial. Os princípios da política social brasileira também são pontuados, sob o viés das características das políticas sociais direcionadas às famílias em distintas épocas, com foco na política pública de Assistência Social e uma de suas principais ferramentas – A Proteção Social. Ver mais em: Silva, Rayene Larissa Ferreira. **Diversidade familiar e políticas sociais: percepções e desafios na realidade do CRAS de Miracema** – TO. 2019

aliado ao cuidado com os pequenos através das escolas, e concomitantemente as diretrizes morais católicas se fortaleciam.

Tais mudanças na família atingem outras características no contexto da Revolução Industrial intensificando os papéis sexuais pré-determinados, as diferenças nas relações de trabalho por meio de normas moralistas e ideologias conservadoras sexistas, que provocam a desigualdade de gênero, bem como, a ideia da figura feminina enquanto sexo frágil. Além disso, consequências mais intensas são resultantes desse processo: a violência contra a mulher em suas diversas nuances. Esse regime de subordinação e dominação, apesar das grandes conquistas alcançadas nas últimas décadas através dos movimentos feministas, ainda carrega um ranço histórico devido sua forte estrutura, que é reforçada pelo sistema capitalista e pelo mundo do trabalho, por meio de aparelhos normativos como: escolas, igrejas e mídias sociais. Cisne (2012), configura o patriarcado como produto de um sistema educador que se instaura naturalmente entre a sociedade.

A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas também desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcais capitalistas. (CISNE, 2012, p. 110).

Ainda que a sociedade tenha se modificado e a família a cada dia demonstre variações em sua forma organizacional, o patriarcado continua sendo um fator determinante para a permanência de formas discriminatórias, tanto em relação a desigualdade sexual, quanto para a manutenção do idealismo da família nuclear na sociedade, cujo homem tem papel central nas principais decisões políticas e econômicas, o que acaba por configurar a discriminação de outras formas familiares. Ou seja, novas formas de preconceito são tomadas a partir da apropriação da mão de obra feminina pelo capitalismo.

Atrelado a esta lógica de superação dos moldes conservadores de sociabilidade, está a prática profissional. Decerto, ultrapassar esses limites e moldes, torna-se uma realidade inimaginável, tendo em vista que os valores morais e sócio culturais, são forte influência na vida humana. Porém, uma das ferramentas para a melhoria da qualidade de vida e o reconhecimento de todas as formas de família, se dá através de uma visão ampliada, atualizada e articuladora dos Assistentes Sociais, que devem se comprometer com a emancipação dos sujeitos. Um desafio árduo, mas que será foco incessante do Serviço Social.

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca

construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas, quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender “o tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história. (IAMAMOTTO, 2014, p. 49)

Tendo em mente a afirmativa da autora, devemos ser conscientes de que a relação profissional com as famílias se constrói de forma horizontal, dentro de um contexto dinâmico em que cada indivíduo possui suas particularidades. Ao gozarmos dos nossos deveres e direitos, estaremos contribuindo para o não julgamento de valores, para a divulgação das informações aos usuários, bem como, o fácil acesso as políticas públicas, o esclarecimento do papel da família sem critérios punitivos, além do desenvolvimento contínuo de um ambiente aberto aos usuários, para que os mesmos se sintam livres na reivindicação e usufruto de seus direitos. É nesse sentido, que se fará necessária apresentação o subcapítulo a seguir.

A capacitação continuada dos Assistentes Sociais de Miracema do Tocantins e municípios circunvizinhos: uma busca constante e alcance necessário

De acordo com os informações da pesquisa: “Diversidade Familiar e Políticas Sociais: percepções e desafios na realidade do CRAS de Miracema – TO”, algumas questões foram identificadas em relação ao perfil das famílias, bem como, sobre a atuação profissional e o movimento da rede intersetorial do município.

Os dados abordam pontos como: a não capacitação das (os) profissionais da rede integrante da política de Assistência Social em relação a temática de gênero e diversidade familiar, o que afeta diretamente no (não) reconhecimento das diversas configurações familiares e na (não) identificação dos desafios e dificuldades presentes no cotidiano profissional, na ausência do trabalho direto com famílias em que se deva propiciar a autonomia dos sujeitos e o acesso a informações que garantam os direitos previstos e os tornem emancipados politicamente.

De acordo com Silva (2019), outra questão identificada é a falta de registros básicos nos prontuários das famílias cadastradas no PAIF, além da alta rotatividade de funcionários na rede municipal, que acaba por romper com o trabalho contínuo e a longo prazo das equipes.

Se o desafio previsto do SUAS é reconhecer a realidade do município e nela atuar, será necessário a viabilização dos instrumentos essenciais ao exercício profissional dos técnicos presentes na instituição, o aprimoramento desses profissionais e a contínua atualização de conhecimento, promovidos não só através de capacitações dos membros da equipe, mas primordialmente por meio da garantia de uma estrutura institucional adequada. (...) A sistematização dos dados deve vir somada ao olhar aguçado dos técnicos, detectando demandas e informações subjetivas não

expostas pelos usuários, além do registro correto de informações nos prontuários. É possível monitorar, avaliar, planejar e executar os serviços, de forma que os prontuários estejam devidamente atualizados e assim, se tornem importantes objetos de trabalho na construção do aprimoramento da gestão e no reconhecimento das famílias em sua diversidade. Sem o devido registro, não há como executar de forma qualificada os serviços ofertados pelo SUAS em consonância com as políticas públicas de outros setores, reduzindo a amplitude e aplicabilidade dos princípios de emancipação dos sujeitos e garantia da igualdade humana. (SILVA, 2019, p. 92-93)

Em meio a esta realidade, vale ressaltar que no município de Miracema do Tocantins – (TO)⁷, a rede sócio assistencial conta com: órgão gestor da política de assistência social; (Secretaria Municipal de Assistência Social); Cadastro Único – CadÚnico; Unidades Básicas de Saúde; Hospital Regional de Miracema; Conselhos de Direito; Conselho Tutelar; Ministério Público, Universidade Federal do Tocantins, entre outros. No entanto, ainda não foram realizadas ações no sentido amplo com a comunidade e profissionais dos municípios circunvizinhos que integram a rede de Miracema. Isto pode ser evidenciado na fala de uma das profissionais da pesquisa em que se fundamenta o presente artigo,

Ação não! O CRAS não. Ação a gente não realizou, mas nós trabalhamos nos grupos do PAIF com temáticas, de acordo com a necessidade de cada família e na maioria dessas temáticas nós abordamos sobre a diversidade familiar. Tivemos algumas ações interventivas dos estagiários também, sobre essa temática, mas com a rede não. (ENTREVISTADA, 1, 2019)

Isto posto, pressupõe-se que o conceito de família afeta e influencia diretamente no atendimento às famílias em acompanhamento, nota-se assim, a necessidade de capacitação das (os) profissionais da rede de Miracema do Tocantins, haja vista que, ainda não houve nenhuma ação que propiciasse a formação continuada dos Assistentes Sociais entre os municípios em relação a diversidade familiar. Isto reflete na ênfase sobre a importância do debate coletivo na perspectiva de diversidade sexual e de gênero entre a comunidade, que contribuiria para o fortalecimento da igualdade, para a disseminação de informações educacionais e culturais, à diminuição do preconceito e crescimento da autonomia das famílias contemporâneas, atingindo principalmente os que mais necessitam: a população pobre.

Estas ações no sentido mais amplo e propositivo tencionariam as (os) profissionais a saírem de sua zona de conforto que não consubstancia o enfrentamento aos desafios impostos pelo Estado Neoliberal Conservador no qual estamos inseridos, sendo que este corrobora para a atuação de políticas sociais públicas pontuais, fragmentadas, focalistas e

⁷ O município de Miracema do Norte foi fundado em 25 de Agosto de 1948. Com a promulgação da Constituição de 1988, houve o desmembramento do Estado do Goiás, originando o estado do Tocantins e intitulando Miracema como capital provisória até 31 de Dezembro de 1989. De acordo com os dados do IBGE de 2018, a cidade hoje possui cerca de 18.556 habitantes. Disponível em: <http://www.miracema.to.gov.br/NossaCidade/Historia/> Acesso em: 21 de Junho de 2019 às 19h:30min

reducionistas, versando apenas a questão social centrada no indivíduo e engendrada num cenário político que inibe a materialização do projeto ético político do Serviço Social.

Entende-se que as limitações que impedem o (a) Assistente Social de se tornar um profissional proativo e propositivo também estão atravessadas pela ausência de recursos por intermédio do poder público, bem como, na compreensão generalizante de que a intersectorialidade se objetiva tão somente por encaminhamentos e ações minimalistas, tornando o Serviço Social enquanto profissão passiva e com poucas contribuições no sentido de transformar a realidade das famílias, que são permeadas por complexidades.

No entanto, Assistentes Sociais capacitados, com consciência crítica e formação continuada, estarão sempre comprometidos com o Projeto Ético Político do Serviço Social, ampliando sua autonomia profissional e se apropriando das informações em seu ambiente profissional, bem como, dos dados da realidade em que está inserido, reproduzindo conhecimento qualificado e almejando propostas mais deliberativas em conjunto com outros profissionais. É nesse tocante que se faz necessário a capacitação continuada, que irá promover um grupo de estudo com profissionais da rede intersectorial integrante da política social em Miracema e municípios vizinhos, visando o debate sobre a temática pontuada, objetivando a identificação de possíveis mudanças e desafios no trabalho social com as famílias.

Aproximações Conclusivas

Partindo do princípio que norteia o agir profissional numa atuação de “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 1993), sinalizamos o projeto como uma ferramenta que oportunizará o debate sobre a diversidade que compõe as modos de ser família a fim de subsidiar um agir qualificado das (os) profissionais da rede intersectorial de Miracema do Tocantins e seus entornos que intervêm na realidade da mesma.

Ressaltamos que a importância da capacitação constante, alinhada aos âmbitos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo possibilita que as (os) profissionais ampliem seus horizontes e fomentem espaços de construção coletiva entre professores, alunos, técnicos e profissionais para o fortalecimento e resistência diante da atual conjuntura econômica, política e social do país.

Não queremos atribuir todas essas demandas aos profissionais, mas, encontrar formas de trabalho articulado, compromissado, ético e competente, pois “[...] a negação da

proteção social submete ao indivíduo e famílias a procurar seus direitos no mercado (MOTA, 1995, apud BOSCHETTI, 2016, p. 131)”.

Contrapor tais afirmações já apontadas, parte do conhecer o solo da realidade das famílias, nas trocas de experiências, vivências profissionais, demandas de usuários, assumindo um posicionamento a favor da liberdade e responsabilizando o Estado para prover as reais condições de efetivação de direitos em meio a diversidade familiar. Isto implica na reflexão da prática profissional e no acompanhamento das mudanças ocorridas na esfera familiar, o que exige sujeitos/profissionais capacitados e informados para efetivação de direitos humanos e promoção da equidade social.

Sem a pretensão de esgotar o tema, tal proposta, vem como resposta aos desafios contemporâneos na esfera das (os) profissionais do Serviço Social e de todos outros que se comprometem com a luta por igualdade de direitos. A arbitrariedade autoritarista do governo Bolsonaro, impõe projetos na rede de educação que irão reduzir o posicionamento crítico dos nossos jovens (futuros profissionais) e a legitimação de parca produção científica, afetando de forma imparcial o mundo das pesquisas sociais, consubstanciada por projetos de lei como a nº 13.415/17 e o corte de gastos direcionados às Universidades Federais.

Silva et al (2014, p. 440), ressalta a importância da resistência dos movimentos sociais e categorias profissionais, sustentada sob o viés da crítica teórica, em que a mesma se torna uma ferramenta basilar para a superação da barbárie. A autora aponta que esta compreensão, seria uma forma de enfrentar as ideologias da direita e extrema-direita, mas que deve ser aliada a um posicionamento político e social.

Sob esse intento é que ressaltamos mais uma vez a relevância do projeto de capacitação para o estímulo a este olhar crítico inerente aos profissionais em meio ao exercício do trabalho com famílias. O resultado desse posicionamento, implicaria em um intervenção profissional que supera as técnicas mecanicistas e burocráticas, propondo a busca por respostas aos desafios de uma era que engendra o retrocesso dos direitos e a precarização do trabalho.

De modo geral, o fomento aos projetos de capacitação continuada, preconiza a sagacidade e resistência das (os) profissionais que, conseqüentemente, unem a população e os movimentos sociais – articulando a dimensão do combate à pobreza juntamente com ações de luta pela igualdade, o reconhecimento das diferenças e particularidades de cada grupo, independente de como as relações humanas se constituem.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1981

BERHING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal do Serviço Social, 2012.

_____. Lei nº 13.415, 16 de Fevereiro de 2017. **Institui a reforma do ensino médio**.. Brasília, DF, 16 de fevereiro de 2017.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. SALES, Mione Apolinário. MATOS, Maurílio Castro de. LEAL, Maria Cristina. (Orgs.) 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Base para a palestra ministrada no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, maio, 2007, promovido pelo CRESS-6ª. Reg.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. Instituto Lucàcks. 1ª Edição. São Paulo, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da Política Social Brasileira. In: MIOTO, Regina C. T.; CAMPOS, Marta S.; CARLOTO, Cássia M. (Orgs.). **Familismo, Direito e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Rayene Larissa Ferreira. **Diversidade Familiar e políticas sociais: percepções e desafios na realidade de Miracema do Tocantins – TO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Tocantins – UFT/TO, Miracema, 2019.

SILVA, Adriana Brito da. et al. A extrema-direita da atualidade. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n119/a02n119.pdf> Acesso em: 21 de Junho de 2019.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no CRAS de Teresina**: EDUFPI, 2013.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.